

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

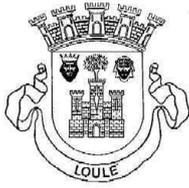
ACTA N.º 5/2011

Sessão Extraordinária de 18 de Novembro

Aos dezoito dias do mês de Novembro de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, **sob a presidência da Presidente em exercício, Dra. Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha**, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: ---

-----**Lista de Presenças:**-----

21 Deputados Municipais do PSD - Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha, (Presidente em exercício), Helder Manuel Faria Martins, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Carlos José das Neves Catarino, Irina Alexandra Mendes Martins (2.º Secretária em exercício), Fábio Manuel da Silva Bota, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Analidio Correia da Ponte, José João Gonçalves Guerreiro, Telma Isabel Domingos Apolónia, Maurício Joaquim Nogueira Rita, Silvia Maria Luís Martins, Eugénio Manuel Coelho Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Fernando Manuel Guerreiro Vargues (Presidente da Junta de Freguesia de Benafim), José Coelho Mendes (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), José Maria Inácio Rodrigues (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Querença), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Horácio Correia da Piedade, (Presidente da Junta de Freguesia de Sebastião), Carlos Alberto Viegas Grade, Presidente da Junta de Freguesia da Tôr; -----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

13 Deputados Municipais do PS - Maria Helena Serafim Baptista (1.a Secretária em exercício), Luís Miguel Cristóvão Mealha, Carlos Gabriel da Silva Carmo, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Fernando Domingos dos Santos, Maria da Conceição Leite E. D. Silva, Orlando Manuel Guerrero Baptista, Dora Maria Portela Olival, Ricardo Jorge Lopes Tomás, Joaquim João Pinheiro Pinto (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Abílio Vargas de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Ameixial), Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Pedro Maria Neves de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente); -----

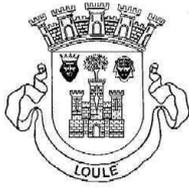
1 Deputado Municipal do BE - Álvaro José Santos Delgado (BE) -----

1 Deputado Municipal do CDS-PP - António José Mendes Pinto Farrajota;

Apresentaram pedido de suspensão de mandato: -----

O Sr. Presidente da Assembleia Mário Patinha Antão (PSD), o sr. Deputado Gilberto José Carapeto de Sousa (PSD), o Sr. Deputado Mário Baião Botelho da Silva (PSD), a Sra. Deputada Paula Alexandra Palma Martins Moura (PSD), a Sra. Deputada Jamila Bárbara Madeira e Madeira (PS), o Sr. Deputado Hugo Miguel Guerreiro Nunes (PS), o Sr. Deputado Rui Eugénio Ferreira Lourenço (PS), o Sr. Deputado Carlos Manuel Pontes Costa (PS), a Sra. Deputada Cristina Isabel Santos Brito (PS), a Sra. Deputada Maria Esteves Ferreira Lourenço (PS), o Sr. Deputado Carlos José da Silva Martins (BE), o Sr. Deputado Manuel Viegas dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Querença) e o Sr. Deputado João Manuel de Sousa Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil) - PS). -----

1- Período de Intervenção do Público;



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

3- Período da Ordem do Dia;

A sessão foi aberta pela senhora 1ª secretária **Manuela Tenazinha**, cumprimentando todos os presentes e informando que iria **presidir** a esta **Sessão Extraordinária**, uma vez que o senhor Presidente da Assembleia, por motivos alheios não poderia estar presente.-----

Para compor a mesa, foi chamada a senhora deputada **Irina Martins da** bancada do PSD, que ocupou o lugar da **2ª Secretária**. Verificando-se a existência de quórum, deu-se início à reunião.-----

No Período de Antes da Ordem do Dia, foi feita a leitura dos pedidos de substituição para esta reunião. -----

A leitura dos pedidos ficou a cargo da senhora **1.ª Secretária Helena Baptista (PS)**, que fez a leitura dos pedidos de substituição;-----

Entrou-se no Período de Intervenção do Público (Parte I)-----
Não se verificou nenhum pedido de intervenção por parte do público neste período.-----

Foram colocadas à discussão para aprovação as actas n.º3 da Sessão Ordinária de 17 de Junho de 2011.-----

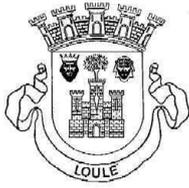
A Acta n.º3 foi Aprovada por Maioria com 1 abstenção.-----

Foi colocada à discussão a acta n.º4 da Sessão Ordinária de 23 de Setembro de 2011-----

A Acta n.º 4 foi Aprovada por Unanimidade.-----

Seguiu-se a leitura do expediente recebido:-----

A renúncia ao mandato do deputado Hugo Rosário, com efeito a partir da presente data, foi aceite e a sua substituição será feita por indicação da bancada do PS. Informou o senhor deputado Carlos Carmo (PS) que a bancada do PS, posteriormente indicará à mesa o nome do substituto, pela



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

ordem da lista que foi a sufrágio para a próxima reunião da Assembleia Municipal. -----

Foi feita a leitura do resto do expediente, e indicado que se encontra sempre à disposição dos deputados para consulta no Gabinete da Assembleia Municipal.-----

Menciona-se:-----

- Comunicação da CML sobre o Plano de Urbanização do Aeródromo de Loulé;-----

- Comunicação do STAL que tem a ver com a redução dos trabalhadores nas autarquias;-----

- Comunicação de um Encontro Nacional de Técnicos Oficiais de Contas.-----

- Pedido de Reconhecimento Público Municipal do Empreendimento Quinta da Ombria,-----

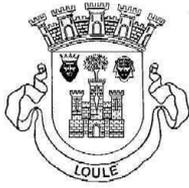
- Postal de Natal do Refúgio Aboim Ascensão.-----

Entrou-se em seguida no Período de Antes da Ordem do Dia.-----

O senhor deputado **Álvaro Delgado (BE)**, questionou a mesa sobre a possibilidade de consultar a correspondência da Assembleia, sugerindo a sua digitalização e que através da password fosse possível a todos os deputados terem acesso.-----

A Mesa explicou que todo o expediente estará disponível para consulta no horário do expediente e que irá analisar a viabilidade do pedido pretendido.-

Pedi a palavra o senhor deputado **Carlos Carmo (PS)**, que começou por cumprimentar todos os presentes. A sua intervenção é no âmbito do Documento Verde da Administração Local. Sendo este documento o ponto de partida para um debate alargado à Sociedade Portuguesa, sobre a reforma da administração local, mudando regras e adaptando-a a um novo tempo, e é natural que o município de Loulé se pronuncie sobre esta reforma. Faz uma análise do documento, composto pelos seus quatro eixos. No eixo n.º1, o sector empresarial local, através da extinção ou agregação



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

das empresas existentes. Perguntou se no concelho de Loulé o Executivo já estudou a possível agregação, ou a extinção das Infras ou da Louléglobal.----
Relativamente ao eixo n.º2, organização do território, perguntou ao executivo já analisou o mapa concelhio das freguesias e as possibilidades de agregação das existentes através da aplicação dos critérios que o próprio documento indica.-----

No eixo n.º3, gestão municipal, intermunicipal e de financiamento, perguntou se o Executivo já analisou as possíveis alterações de competências, com os novos quadros das comunidades intermunicipais, ou outras estruturas associativas? Os critérios para as freguesias, e questionou sobre o papel da AMAL neste novo quadro. -----

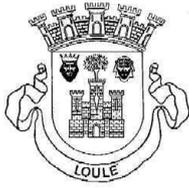
No eixo n.º 4, a democracia local onde as estruturas orgânicas municipais vão sofrer uma profunda alteração, visando a racionalização dos custos, mediante a grave crise que o país atravessa. Neste novo quadro, o município de Loulé, a nível de quadros de dirigentes, à luz deste documento, se fosse aprovado tal como está, passava a ter dois Directores de Departamento e sete Chefes de Divisão, ao contrário do actual que são sete Directores de Departamento e trinta Chefes de Divisão e do cargo de Director Municipal que à luz deste documento não pode existir na Câmara de Loulé.-----

Perante estes pressupostos o que é que a Câmara de Loulé pensa fazer, se já estudou as possibilidades e se já está a trabalhar na reorganização orgânica para 2012 que é daqui a um mês.-----

Perguntou ao Executivo, se já estudou este documento e se já o pensou de uma forma global, nos quatro eixos que o documento apresenta.-----

Questionou a mesa se haverá um período de discussão pública, nomeadamente no eixo dois, onde cabe às Assembleias de Freguesia e às Assembleias Municipais, entre Novembro e Janeiro, fazer uma discussão sobre este assunto e se está a pensar agendar algum ponto neste sentido.---

A senhora **Presidente em exercício, Manuela Tenazinha (PSD)** informou que, caso seja necessário, agendar-se-á esse assunto para uma próxima Assembleia, porque se trata de uma matéria muito importante e que fará todo o sentido que neste novo regimento existe um órgão de onde poderá partir a iniciativa e a organização da ordem de trabalhos a apresentar nessa sessão, caso seja necessário. Questionou o Executivo sobre a



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

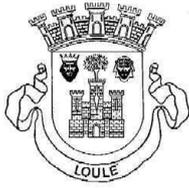
disponibilidade para esta matéria, que fará todo o sentido numa reunião a agendar brevemente e perguntou se queriam responder já.-----

Foi respondido pelo **senhor Presidente da Câmara**, que o assunto, está agora numa fase preliminar que é uma base de trabalho. Que tem havido contestação de norte a sul do país, com realidades diferentes, indo afectar particularmente o norte, em número de freguesias. Do ponto de vista da análise do documento, a única transformação que poderá ser proposta, é a constituição de uma única freguesia na cidade de Loulé, na parte urbana S.Clemente e S.Sebastião, embora não faça muito sentido, uma vez que existe uma grande parte rural na freguesia de S.Sebastião.Vai haver tempo suficiente para discutir este assunto quando for o momento mais oportuno, quando houver mais elementos de aperfeiçoamento das regras. Relativamente às empresas municipais, referiu da possibilidade da fusão, particularmente da empresa InfraLobo com a InfraQuinta por serem semelhantes, na proximidade física e nas suas características com o objectivo de racionalidade em meios humanos e meios materiais. Já a Inframoura não se engloba na fusão por ter características diferentes, não é exclusivamente para zona turística e para já não irá haver nenhuma alteração relativamente a Vilamoura. -----

Relativamente à Loulé Global é autosuficiente em termos financeiros e existe a intenção de continuar com esta empresa pelo papel que tem desempenhado.-----

Referiu que, frequentemente é questionado quanto à redução do número de trabalhadores da Câmara e repete que fá-lo-á só quando for obrigado a fazê-lo. -----

Em seguida o **senhor deputado Hélder Martins (PSD)**, na sua intervenção realçou dois pontos, sendo um deles a Conferência de Lideres. Tendo sido o primeiro exercício, após a aprovação do regimento. O outro ponto foi o de ter sido apresentado pelas bancadas, a necessidade que existe de serem utilizados computadores pessoais dos deputados nas reuniões e para isso nessa parte existe uma carência. -----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Prontamente foi dada a resposta pelo senhor **vereador Anibal Moreno**, que disse que dentro de uma semana, esta sala estará equipada com o wireless, para todos poderem usar o equipamento que quiserem deixando para trás o volume de papel.-----

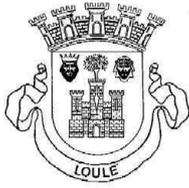
O senhor **deputado Hélder Martins (PSD)**, agradeceu a rapidez com que foi dada a resposta positiva por parte do Executivo.-----

O senhor **deputado António Farrajota (CDS/PP)**, na sua intervenção, fez uma observação sobre um poste de electricidade que se encontra em mau estado, com fios à vista, constituindo um perigo muito grande. Sugeriu então que todos os postos de electricidade pública, fossem referenciados ou enumerados para poder haver um controle maior e haver uma localização mais fácil.-----

Respondeu o **senhor Presidente da Câmara**, dizendo que a sugestão dada pelo senhor deputado é oportuníssima, faz todo o sentido, mas este trabalho já foi feito já foi feita a georeferenciação, foi um trabalho que demorou algum tempo, que já tinha sido posto em prática e que brevemente irá estar pronto para ir para a plataforma informática. -----

Em seguida o senhor **deputado Luís Mealha (PS)**, questionou o senhor Presidente da Câmara, sobre a forma a ser utilizada para identificar determinado poste. Precisar-se-á de haver um GPS para poder referenciar os postes.-----

Foi dada a palavra ao senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, que questionou o Executivo Municipal, sobre a quantidade ou número de directores de departamento que não comunga, pela sua experiência profissional, com o que está expresso no Livro Verde. Acha ainda que a Câmara deve debater esse assunto.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



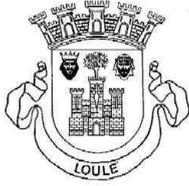
289 462 030

Em seguida o senhor **deputado Álvaro Delgado (BE)**, abordou a questão do Documento Verde e das suas consequências, o que vai implicar em todos os concelhos. A reorganização com menos dinheiro, sendo esta a questão de fundo, que é necessário começar a debater. A necessidade de cumprir prazos, datas e timings não irá ser fácil. O Período aqui na Assembleia, para discussão, é de Novembro a Janeiro, convém que se comece a pensar nas coisas, tem de haver um trabalho por parte do Executivo, uma grande reorganização que tem que ser feita, se isso tiver que implicar redução de pessoal. É pena mas é uma realidade.-----

O senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, queria apenas fazer lembrar ao PS que o Documento Verde, quem foi o autor o pai deste documento, o senhor Eduardo Cabrita, um algarvio. Não entende a estranheza com que o PS fala deste documento, pois foi o governo do PS que o elaborou.-----

Interveio o senhor **deputado Carlos Carmo (PS)**, referiu que na capa do documento está escrito Governo de Portugal - Gabinete do Ministro Adjunto dos Assuntos Parlamentares, assinado o nome Miguel Relvas, não vê no documento outra sigla. Referiu que o PS está aberto ao diálogo, e o único intuito é estar aqui para ajudar e debater as questões para se encontrar a melhor solução.-----

Em seguida interveio o senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que o Executivo tudo fará para ter bom senso, melhorar a produtividade dos funcionários, e que a Câmara fará tudo para manter os seus funcionários com vencimento e mais importante que a redução do número de pessoas, perante tanto desemprego que se verifica no Algarve, não seria bom da nossa parte engrossar o número daqueles que se encontram no desemprego. Tudo faremos para ter bom senso e equilíbrio nesta matéria e tirar a maior rentabilidade e produtividade daqueles que trabalham na Câmara.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

A senhora **Presidente em exercício, Manuela Tenazinha**, referiu que o objectivo é o de efectuar os debates sobre todos os assuntos que tenham interesse.-----

Entrou-se no Período da Ordem do Dia:-----

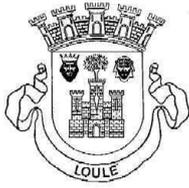
Período da Ordem do Dia:

a)- Proposta 16/2011- Aprovar a proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal do projecto da Quinta da Ombria, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea m) do n.º2, do artigo 53.º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5 - A/2002, de 11 de Janeiro;-----

A senhora **Presidente em exercício**, pediu ao Executivo Municipal para introduzir este assunto.-----

O **senhor Presidente da Câmara**, disse estar a tentar recapitular este assunto. Por já ter vários anos, fez uma explicação desde o início da aprovação do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento da Quinta da Ombria que foi aprovado no dia 28 de Janeiro de 2008. Por solicitação do ambiente, do ICNB, para poder prosseguir impuseram uma condição que no seu entender não faz muito sentido. Para que não ficasse o município com a responsabilidade disto não avançar e perder tempo, tomamos a iniciativa de marcar esta Assembleia Municipal Extraordinária. O que está em causa é uma pequena área ardida e pedia para alterarem, há aqui um erro no ponto 6 "...relativamente à área do Plano percorrida por incêndio, ocorrido em 25.08.2008..." está aqui enganado o ano em que decorreu este incêndio, foi em 2004.-----

Existe uma lei que não permite que a área ardida, altere o uso pelo menos durante 10 anos. Este bocado que apanhou um pouco da freguesia da Tôr, para que fosse autorizado pelo avançar do projecto, foi solicitada à Câmara a Declaração do Interesse Público Municipal, assim foram introduzidas rectificações para que fosse autorizado e submetido à Câmara esta proposta.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

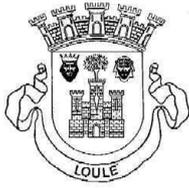


289 462 030

O senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, referiu estar inteiramente de acordo com a intervenção do senhor Presidente da Câmara, mas que não foi concluído o raciocínio, porque esta situação da Direcção Geral de Florestas é para terrenos não urbanos. Disse que o PS está inteiramente de acordo com esta proposta.-----

Foi referido pelo senhor **deputado Álvaro Delgado (BE)**, que quando o projecto veio à Assembleia Municipal, o BE apoiou e continua a apoiar agora, levantando duas ou três questões para o futuro. Esta Declaração de Interesse Público Municipal em termos processuais, refere-se ao abastecimento de água local e outra ao tratamento dos afluentes de esgoto. O abastecimento de água, previa-se que fosse com utilização de água local, entretanto terá sido pressionado no sentido de ser feito com água do sistema das Águas do Algarve, via distribuição camarária.-----
Relativamente ao afluente de esgoto, de afluentes e reforço da conduta de abastecimento de água. No caso de haver necessidade de reforço nas condutas do abastecimento de água, e necessidade de redimensionamento da Etar de Querença, como é que isso vai acontecer?-----

O senhor **deputado António Farrajota (CDS/PP)**, fez a constatação que há muito tempo que verifica que o tempo que demora todo o processo de licenciamento, seja do que for, é demasiadamente grande e louva a paciência que os investidores têm para esperar. Quem é que tem vontade de investir quando sabe à partida aquilo que se vai passar?-----
Disse ainda que viveu num país, onde uma obra destas seria deferida com todos os pressupostos em menos de um mês, ou indeferida na questão de uma semana. Numa situação destas o investidor que compra o terreno, quando pretende investir e o apresenta de acordo com todo o Plano de Pormenor no município ao qual diz respeito, onde se insere o investimento, uma vez aprovado todo o projecto, o município pede à pessoa para se abster enquanto eles fazem as infra-estruturas a custas do município, fazem os arruamentos, o saneamento básico, instalam a electricidade, põem o alcatrão, fazem as sarjetas e depois dizem "agora pode ir construir".-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Referiu ainda que os munícipes irão pagar mais de taxa municipal. Quanto custou o investimento da CML? O tempo é primordial no avanço e na saída desta crise.-----

Era apenas um alerta que queria deixar aqui;-----

O senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, fez menção a um documento da Liga da Protecção da Natureza, que em 21 de Agosto de 2011, fala numa carga excessiva em campos de golfe, sendo que alguns fecharam.-----

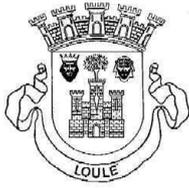
Seguidamente o **deputado Hélder Martins (PSD)**, mencionou que, por uma questão de interesse directo, se deveria ausentar desta votação, mas no entanto propôs-se esclarecer algumas dúvidas sobre o projecto da Quinta da Ombria. Começou pela Liga da Protecção da Natureza, que foi quem tinha feito uma queixa em Bruxelas em 2004, que tocava três pontos fundamentais. Fez uma abordagem de todo o projecto, desde o início com o incêndio que ocorreu em 2004 até ao presente momento. -----

A primeira tem a ver com a Liga da Protecção da Natureza e com uma comunidade de morcegos entre Almancil e Alte, que foi feito inclusivamente um estudo, onde se apurou que existem treze espécies de morcegos, num raio de 10 km, e temos o melhor estudo de morcegos que existe em Portugal. O projecto parou para que se estudassem os morcegos. O promotor pagou em média 7500 € por mês até ao final do ano passado, o processo parou todo para fazer este estudo dos morcegos.-----

A segunda questão tinha a ver com a água de um aquífero na zona de Querença/Silves, ali existente. O problema dos afluentes e do tratamento do campo de golfe nesse aquífero. O promotor irá consumir água da rede, mas que se corria o risco de faltar a água doce e começar a entrar água salgada pela Lagoa. -----

O aquífero Querença-Silves tem mais de 500 metros de profundidade nalguns sítios, não havendo esse perigo.-----

Saiu um comunicado nessa altura, para dizer que o projecto estava quase resolvido, e existiram estratégias para atrasar a obra e que concertiza noutro país davam prisão. A ETAR de Querença teve tratamento deficiente, na presidência do prof.Joaquim Vairinhos, para receber o efluente da Quinta da Ombria.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

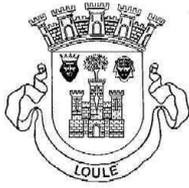
b)- Proposta 17/2011- Aprovar a definição das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar aos Prédios Urbanos e aos Prédios Urbanos Avaliados nos termos do CIMI para o ano de 2012, respeitantes aos impostos referentes ao ano de 2010, de acordo com o estabelecido no artigo 112.º do citado Código, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de Novembro e nos termos da proposta, ao abrigo da alínea f) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

Para introduzir o tema, interveio o **senhor Vice Presidente**, referindo que a proposta que vem aqui hoje para aprovação é uma proposta que propõe 0,7 da Taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos e 0,4 a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do código do IMI, com uma minoração de 30% para as 6 freguesias, objecto de certificação, que são Alte, Ameixial, Benafim, Querença, Salir e Tôr.-----

Interveio a senhora **deputada Conceição Leite (PS)**, informando da intenção que o PS tem de votar contra esta proposta, tal como consta da declaração de voto que se anexa a esse documento, porque existem alguns pontos com os quais o PS não concorda.-----

O principal tem a ver com o agravamento da situação fiscal que o país atravessa, a situação financeira de muitas famílias, não vêm qualquer sentido no aumento, embora pequeno, da taxa máxima permitida por lei do aumento do IMI.-----

Disse ainda que havia outras alternativas para ir buscar muito mais dinheiro do que esse aumento de taxas. A Câmara anunciou compromissos de política de contenção, que não está agora a levar avante, uma delas seria na contenção dos recursos em despesas correntes, que a própria Câmara gasta. Sugeriu a isenção da taxa de IMT para os jovens das freguesias em questão, com a política de incentivar os jovens para se deslocarem para o interior do concelho. -----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

O senhor **deputado Álvaro Delgado (BE)**, reconhece que o IMI é a receita mais constante que a Câmara Municipal de Loulé tem e manifestou o desagrado relativo a essa situação e disse ainda que se deveria incentivar a recuperação de habitações não utilizadas actualmente degradadas, uma vez que a maioria se encontra em zona urbana e o seu valor tributável não é actualizado, e nessa perspectiva perde-se essa possibilidade.-----

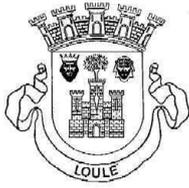
Pode-se passar para uma política activa de tentar incentivar que os proprietários recuperem os seus imóveis degradados, para que não haja necessidade de mais expansão urbana, mais infra-estruturas, mais distribuição de água, mais colecta de esgoto, mais circuitos do lixo e se utilizem nas zonas onde isso já está feito, se racionalize essas despesas, através da melhoria. Disse ser a sua intenção votar contra esta proposta de aumento das taxas de IMI.-----

Seguidamente o senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, manifestou o seu receio para 2012, e mostrou-se solidário com a intervenção da deputada Conceição Leite (PS), mas para quem está a gerir "uma máquina" como é a Câmara Municipal de Loulé, há que fazer opções e aqui há só duas opções; ou opera-se ligeiramente a Taxa de IMI para arrecadar receitas, ou tem que se fazer despedimentos forçosos. Entre os 2 campos da batalha, acha que o Executivo ponderou com racionalidade. Se em 2012 houver as actualizações dos Valores Patrimoniais Tributáveis, aí sim será um problema para os contribuintes.-----

Perante toda esta situação, a proposta do Executivo, atendendo à situação, é minimamente razoável. Apelou à abstenção por parte da oposição.-----

A senhora **deputada Graciete Freitas (PSD)**, reconheceu ser esta uma medida impopular, mas o valor é o mínimo que se poderá tentar manter, pois o IMT já desceu, no concelho de Loulé, o IMI é o único imposto onde o município pode obter mais receitas, tendo sido o concelho de Loulé o último que agora irá actualizar a sua taxa máxima, o que significará cerca de 60€ de aumento por ano.-----

Referiu que seria de bom tom a oposição votar favoravelmente ou se abster nesta votação, porque de facto não há mais espaço de manobra dentro daquilo que é permitido.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



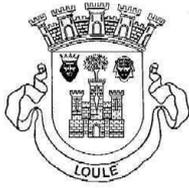
289 462 030

A senhora **deputada Conceição Leite (PS)**, referiu que já que esta medida é impopular, porque não aderir a outras medidas impopulares mais lucrativas para a Câmara Municipal de Loulé, combatendo a evasão fiscal nas taxas de IMI, seria uma medida a ter em conta.-----

Seguidamente o senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, questionou o Executivo sobre o plano de contingência das despesas. Era natural que houvesse um Plano de Investimentos. O que é que iria ser feito com as receitas do aumento do IMI, com a taxa dos 0,4% aumentam as receitas, mas por outro lado também aumentam as despesas, as dívidas aos fornecedores, quer sejam despesas correntes ou despesas de investimento. Qual o montante da dívida das obras já feitas e que não estão concluídas e cujos fornecedores não facturam porque a Câmara não paga?-----

Para responder ao senhor deputado, interveio o **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, fez uma recomendação ao deputado Fernando Santos, que foi que tudo aquilo que disse é extemporâneo e para guardar o trabalho de casa para o dia 16 de Dezembro, quando se fizer a reunião do Orçamento, nessa altura essas discussões são mais pertinentes, concerteza será cabalmente esclarecido.-----

O senhor **deputado Orlando Baptista (PS)**, fez um pequeno comentário, relativamente à potencial actualização dos Valores Patrimoniais das casas, para quem quiser vender é a melhor altura para o fazer, paga mais IMI, mas depois não paga mais valias para a vender. Depois em 2012, haverá cortes no subsídio de Natal e de Férias, aumento de transportes, cortes nos subsídios de Natal e Férias, aumentos brutais na electricidade, transportes, e neste caso concreto do IMI, 60€ de aumento por ano, faz muita diferença para as famílias portuguesas, e por ano é um aumento exagerado.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

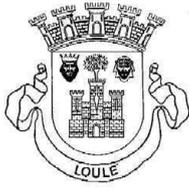
A senhora **deputada Graciete Freitas (PSD)**, diz que é solidária com a opinião do colega de bancada Ricardo Lampreia. O IMI é uma receita bastante necessária para o concelho, para o município, porque ao final do mês pagar mais 60€ é difícil, não é o desejável, no entanto é aquilo que é possível e a gestão familiar tem que ser feita dentro do que é razoável.-----

Pediu a palavra o senhor **deputado António Farrajota (CDS/PP)**, manifestou a concordância com algumas coisas que as bancadas referiram, está um bocado dividido, todos têm um bocadinho de razão em tudo aquilo que argumentaram.-----

O CDS tem consciência da força do seu voto que é um no meio desta gente toda, não tendo qualquer influência no resultado. Afirmou que a sua intenção de voto é contra, e a razão é porque o CDS entende que numa altura em que são pedidos sacrifícios a todos os portugueses, valendo a pena levantar a voz contra o aumento de mais um imposto, seja ele qual for, por mais pequeno que seja. O que o CDS gostaria de ver era uma acção camarária, acção de todos nós munícipes de forma a que se visse uma tentativa de redução de despesa, que não seja aumentada.-----

Em seguida interveio o senhor **deputado Álvaro Delgado (BE)**, que referiu não ter visto nenhum documento com o histórico deste ano, com a colecta de IMI este ano, e gostaria dessa resposta aquando da intervenção do Executivo Municipal nesta matéria.-----

Interveio o senhor **deputado José João Guerreiro (PSD)**, ressaltando que este aumento do IMI não é um aumento que dê prazer ao Executivo, nem aos deputados municipais, o executivo não é assim tão insensível. As Câmaras do PS já usaram a taxa máxima o ano passado e das quatro que a não utilizaram, uma foi a Câmara de Loulé. Vivemos num período conturbado, a realidade de hoje é bem diferente daquela conhecida há alguns anos atrás e disse ainda que este aumento de IMI não pode de forma nenhuma, inverter para o investimento, vai minorar alguns aspectos. O Executivo neste momento está a ser bastante comedido nas acções que desenvolve,



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

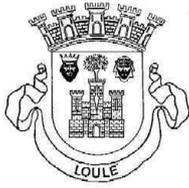
nas publicidades que faz, porque tem consciência que os tempos são diferentes. Loulé era a Câmara que tinha o período de pagamento mais curto, das Câmaras do Algarve e da grande maioria do país, sendo a realidade hoje bem diferente. Aquilo que o Executivo está a ter neste momento é uma atitude de reconhecimento da situação e de uma forma simples, dizer que vamos fazer agora aquilo que a grande maioria dos concelhos do Algarve já fez no passado.-----

As receitas quebraram e é preciso tornar esta máquina governável, para que não se aumento o prazo de dívidas, de obras que foram feitas, de investimento que foi feito e portanto este aumento do IMI não pode de forma nenhuma reverter para investimento, mas sim uma necessidade para tornar a máquina que é a Câmara governável e para os despedimentos não tenham que chegar à Câmara. Aquilo que se vai fazer agora, já foi feito pela grande maioria dos concelhos do Algarve o ano passado.-----

Foi dada uma explicação geral pelo senhor **Vice-presidente, José Graça**, referindo que até ao momento, incluindo a receita de Novembro, a receita arrecadada era de 25,9 milhões de euros de IMI, o que representa cerca de menos 200.000€ do que no ano passado na mesma data. Relativamente a algumas questões que aqui foram colocadas, não pode deixar passar em claro, não há um empreiteiro, de todos aqueles que trabalham para a Câmara Municipal de Loulé, a quem a Câmara tenha pedido em algum momento para não ter facturado à Câmara Municipal de Loulé, não há o primeiro, porque ele não existe!-----

Volto a referir hoje, que é o 1º ano em 2010, onde houve redução da despesa corrente desde que a Câmara Municipal de Loulé existe. Todos os anos anteriores até 2010, a despesa corrente cresceu, o que é normal crescer em relação ao ano anterior. -----

A Câmara Municipal cada vez tem mais competências e é muito difícil diminuir a despesa corrente. Para que todas as bancadas tenham essa informação, a despesa corrente o ano passado no Relatório e Contas que foi aprovado, diminuiu 3,7 milhões de euros, comparativamente com 2009 e neste momento até hoje, diminuiu 3.6 em relação ao ano passado na mesma data, 15 de Novembro. Se isto não é redução de despesa corrente, o que é que é de redução de despesa corrente. -----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

O aumento da receita previsível com o aumento das taxas do IMI colocadas, poderá representar um acréscimo de 1,5, no máximo 2 milhões de euros de receita, para justificar que esta nossa actualização das taxas de IMI.-----

Até este momento está na plataforma do Ministério das Finanças, 6 municípios no Algarve, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Lagos, S.Brás e Tavira, estão já no site das Finanças, todos eles deliberaram 0,7- 0,4, o valor máximo. Há seguramente três municípios que não vão ter taxas máximas, eu quase que arriscava a isso, porque não têm maioria na Assembleia como aqui se provou hoje e porque é muito mais fácil fazer o discurso do não aumento, porque é popular.-----

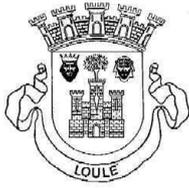
O Executivo quer equilibrar e a um mês e meio do fecho da Conta de Gerência, a dívida da Câmara Municipal de Loulé em 2011, não sobe comparativamente com 2010.-----

Foi solicitada pela mesa, a entrega de declarações de voto por escrito.-----

A proposta foi Aprovada por Maioria, com 22 votos a favor, 11 votos contra e 4 abstenções.-----

c)- Proposta 18/2011 – Aprovar a Isenção de IMT, nos termos do n.º3 do artigo 43.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º108/2008 de 26 de Junho, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea h) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro;-----

A proposta foi introduzida pelo senhor **Vice-presidente, José Graça**, que fez uma breve explicação do conteúdo da proposta. Referiu que esta isenção de IMT ao abrigo do art.º43.º n.º3 do Estatuto dos Benefícios Fiscais, destina-se a jovens com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, de prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, situados nas 6 freguesias do interior, destinado exclusivamente à primeira habitação própria e permanente desde que o valor sobre o qual incidirá o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados acrescidos de 50%. E as freguesias são as 6 de minoração da taxa de IMI, Alte, Ameixial, Benafim, Querença, Salir e Tôr, e é de facto um contributo para a



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

fixação de pessoas no interior. -----

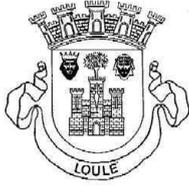
Em seguida o **deputado Fernando Santos (PS)**, disse que obviamente iria votar a favor desta proposta, mas que não fazia sentido estar a conceder benefícios fiscais a pessoas que não vão viver para o interior do concelho uma vez que esta Câmara não está interessada em criar condições de atracção de investimento para o interior, isentando também essas actividades. -----

Interveio o senhor **deputado Álvaro Delgado (BE)**, concordou com a manutenção destas isenções do IMT, destas variações positivas, no entanto gostávamos de ter uma noção do que é que isto gera, pôr mais gente a viver no interior, então é porque manifestou as medidas tomadas anteriormente não estão a resultar, se calhar há outras paralelas que é necessário implementar. Manifestou a sua preocupação com o futuro do mercado de emprego para os jovens nestas zonas e deveriam tomar-se medidas que facilitem essa instalação.-----

O senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, elogiou as medidas que este Executivo tem feito pelo desenvolvimento do interior e a aprovação do projecto da Quinta da Ombria é prova do empenho que o Executivo tem para com o interior.-----

A senhora **Presidente em exercício, Manuela Tenazinha**, referiu que estas medidas que têm a ver com benefícios fiscais, para a fixação das populações, estão dependentes de toda uma conjuntura que poderá levar as pessoas a fixarem-se ou não, que são medidas que todos nós que aqui estamos, sabemos que é assim. Disse ainda que, provavelmente esta conjuntura de crise em que vivemos, pode vir a alterar esta situação, estas tendências que se têm verificado nestes últimos tempos, das deslocações de pessoas para os litorais e para os grandes centros urbanos.-----

Colocada à votação, a proposta foi Aprovada por Unanimidade.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



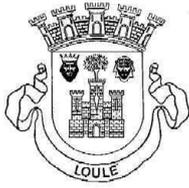
289 462 030

d)- Proposta 19/2001- Aprovar o lançamento de uma derrama no município de Loulé, para o ano de 2012, no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e aplicável conforme estabelecido no referido artigo e para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano superiores a 150.000€ (cento e cinquenta mil euros) nos termos da proposta ao abrigo da alínea f) do n.º2 do art.53.º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

A proposta foi introduzida mais uma vez pelo senhor **Vice-presidente, José Graça**, explicando que esta proposta incide sobre os sujeitos passivos cujo valor de negócios num ano seja superior a 150.000€ e que apresentem lucro tributável e a taxa é de 1,5. Isentamos todas as pequenas e médias empresas com volumes de negócios abaixo os 150.000€. A título informativo, a taxa arrecadada este ano em 2011 representou 900.000€ para a Câmara Municipal de Loulé.-----

Pediu a palavra o senhor **deputado Vítor Cristiano (PS)**, referindo que a bancada do PS irá votar contra esta proposta de Derrama, por se tratar de mais um imposto, a carga fiscal sobre os cidadãos sobre o pequeno e médio comércio já está numa situação de défice financeiro, neste momento não há capacidade financeira para efectuar os pagamentos atempadamente, e a capacidade financeira destas empresas já é deficitária agravando assim a carga fiscal para todos os contribuintes.-----

O país precisa é de investimento para combater o desemprego e devendo-se reduzir mais ainda a carga fiscal. É fácil para quem tem poder de decisão cobrar mais impostos, mais uma vez será o povo que irá pagar, mas a coragem política faz-se no inverso que é a redução da carga fiscal. Referiu ainda que a máquina do estado é pesada, e vai ter que sofrer reduções necessárias para cumprir os défices que nos são impostos. Uma vez que o ano 2012 vai ser bastante difícil seria bom reduzir um pouco a carga fiscal aos municípios desta cidade, deste concelho.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

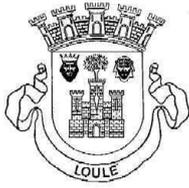


289 462 030

O senhor **deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, questionou o Executivo se seria possível informações das receitas, aquelas que são do concelho e as de fora. Explicou com dados objectivos que no concelho de Loulé tínhamos 4183 sujeitos passivos e desses, 2913 tinham um volume de negócios inferior a 150.000€, o que representa 70% dos sujeitos passivos que logo à partida estão excluídos desta Derrama. O impacto nas empresas locais não é assim tão grande como à partida se pensa que tem, dos 900.000€ se houvesse essa desagregação, as pessoas ficavam mais esclarecidas e retiravam muitas dúvidas. Fez uma previsão de para o ano a receita rondar os 750.000€. -----

Explicou o senhor **Vice-presidente, José Graça**, que é transferido das finanças para a Câmara, o total das receitas arrecadado pelas finanças, é a totalidade, nunca é desagregado. A Derrama é dos impostos mais justos porque é o modo de apanhar algum contributo de muitas empresas que operam no nosso concelho, não têm sede no nosso concelho, mas que aqui operam e que aqui têm lucro e bom seria que o comércio local, todos eles tivessem um volume de negócios acima dos 150.000€. Era óptimo para o comércio local.-----

Foi sugerido pelo senhor **deputado José João Guerreiro (PSD)**, respondendo ao senhor deputado Vítor Ferreira, que aquilo que os Executivos mais gostam é de investir e naturalmente que este Executivo quer investir, mas para que tal aconteça é necessário haver disponibilidade, e caso contrário irá criar um maior endividamento e provavelmente comprometer o futuro, e este Executivo tem a sensatez de o fazer apenas na medida do possível. Houve uma redução considerável nas despesas correntes, mas se o PS considera que é importante, também consideramos que é importante revitalizar a economia, e se tiverem alguns contributos a dar em termos de ideias de como arrecadar dinheiro, provavelmente o Executivo estará disponível para as apreciar e se elas forem boas, certamente irá agradecer.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



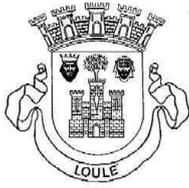
289 462 030

Pedi a palavra o senhor **deputado Vítor Ferreira (PS)**, para responder ao senhor Vice Presidente, que não é o 1,5% da Derrama que afecta as famílias e os pequenos negócios, é efectivamente o aumento do IVA, os pagamentos por conta, os pagamentos à Segurança Social, o crédito mal parado, tudo isso é que dificulta o estado da economia, não é a Derrama.-----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**, congratulou-se com a forma serena e tranquila com que os trabalhos da Assembleia se tem manifestado com uns temas tão sensíveis como este. Reforçou que tem que existir um sentido mais apurado de responsabilidade, e se o PS durante estes anos tiveram oportunidade de gerir este país e esta Câmara e deixaram chegar à situação em que chegou? Quando é necessário maior investimento na área social, na construção dos novos lares, no apoio à Educação, etc. As pessoas são capazes de fazer sacrifícios, ninguém põe em causa a necessidade do sacrifício, o que é necessário é que saiba que está a pedir o sacrifício, que tem objectivos. Em Loulé a credibilidade deste Executivo e deste concelho e tem sido provado ao longo dos diferentes exercícios eleitorais, vem demonstrar que as pessoas estão disponíveis e têm consciência que o dinheiro que vão pagar a mais é para investir em bem da população de Loulé, porque o compromisso é que o aumento do IMI é para investir na área social. Dentro de alguns meses iremos investir na área da saúde também, que é outra que está a ser preparada para ir para as Câmaras. O poder central tem asfixiado as Câmaras completamente, são transferidas responsabilidades sem o devido acompanhamento financeiro. Nós temos que gerir isto. Foi um erro a estratégia assumida ao longo destes anos, com as transferências de milhões de euros da União Europeia para que nós ficássemos na total dependência da Comunidade Europeia.-----

Interveio o senhor **deputado Álvaro Delgado (BE)**, levantou a questão da distribuição das receitas, qual o critério utilizado? Existe necessidade de saber esses dados para que o Executivo possa governar bem.-----

Concorda com a Derrama, diz ser justa para as grandes empresas, colectam e centralizam as receitas e eventualmente os investimentos e as empresas de âmbito nacional, que em vez de ser tudo centralizado nos impostos no



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

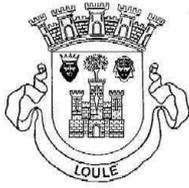
concelho onde eles têm a sede, que vá ficando alguma coisa pelos municípios que também têm que fazer investimentos, para que eles próprios cá trabalhem. Estamos de acordo com a manutenção da Derrama, pelo menos tem-se uma noção do valor que foi atribuído. Foi tocada aqui uma questão, o aumento de IMI, se vai tentar empurrar para uma maior afectação às causas sociais, sugerimos que em relação à Derrama também isso seja feito. Sugere a quem organiza o orçamento designar as colectas que tem e tentar afectá-las em orçamento, às causas sociais.-----

A proposta foi Aprovada por Maioria, com 24 votos a favor, 9 contra e 4 abstenções.-----

e)- Proposta 20/2011- Aprovar a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2011, nos termos da proposta, ao abrigo do n.º3 do artigo 5.º da Lei n.º12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com a alínea a) do n.º6 do artigo 64.º e da alínea o) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

A proposta foi introduzida pela senhora **vereadora Teresa Menalha**, que fez umas breves notas introdutórias a este para explicar que esta alteração ao mapa, que é um instrumento de planeamento e de gestão de recursos humanos visava ser um instrumento flexível, adaptado às necessidades reais da autarquia.-----

Disse ainda não ter sido norma apresentar alterações ao mapa, salvo raras excepções que ocorreram nestes últimos anos, e que se tornava imprescindível proceder a esta primeira alteração ao Mapa de Pessoal, que resulta basicamente do conhecimento que hoje temos em matéria de proposta de orçamento do próximo ano. Torna-se necessário criar dois postos de trabalho, devido ao regresso de dois técnicos ao serviço, um deles esteve destacado em Ponta Delgada e o outro técnico em licença sem vencimento de longa duração, e o objectivo deste documento é salvaguardar a posição destes dois trabalhadores. Com a não criação destes dois postos de trabalho, estes trabalhadores ficariam totalmente impossibilitados, porque no próximo orçamento não se vai criar postos de trabalho. Este



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

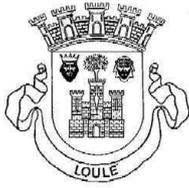


289 462 030

documento também passa por extinguir postos de trabalho não ocupados, vão-se extinguir trinta e um postos de trabalho e estancar o recrutamento de pessoal. Paralelamente far-se-á uma adaptação dos postos não ocupados que reduzindo-se deste modo 184.000€ nesta matéria. Esta alteração não vai dar origem a mais postos de trabalho, mas sim uma diminuição.-----

O senhor **deputado Álvaro Delgado (BE)**, fez um pedido de esclarecimento relativamente à alteração ao mapa de pessoal, em relação aos grupos profissionais e unidades orgânicas, é para implementar ou já foi implementado? Estas pessoas já estão na autarquia, ou eram para estar, isto era para 2012 ou para 2011? Se a ideia é reduzir custos, o objectivo será não tentar substituir quem se vai afastando e não recrutar novos para colmatar as faltas. Relativamente à Educação, se os duzentos e trinta e dois trabalhadores que estavam previstos recrutar para este ano, se foram recrutados ou não, o que foi efectivamente ocupado. -----

A senhora **vereadora Teresa Menalha**, explicou a diferença entre os mapas anexos I, que tem a totalidade dos postos de trabalho sendo no ano passado de 1828 postos de trabalho, e mapa anexo II, aprovados o ano passado, não sendo este o mapa que o Executivo está a mexer. O anexo II, que é o mapa profissional por grupos profissionais e por unidades orgânicas, que tem um subtítulo que é "colaboradores a recrutar e a ingressar no mapa de pessoal de 2011", sendo exactamente neste mapa que se está a efectuar estas alterações. Neste mapa é que se vai criar os tais dois postos de trabalho e que vão ter que ser criados, para colmatar aquelas duas situações, sob pena de não terem viabilidade no próximo ano, mas também neste mapa vai haver a tal redução, uma vez que ficaram postos livres, decorrentes de aposentações ou rescisão de contratos. Em matéria de Educação foram recrutadas cento e quarenta e três pessoas, por via da transferência de competências, sendo um número muito significativo de trabalhadores para a Câmara Municipal de Loulé.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



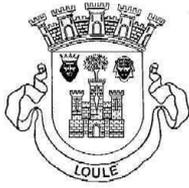
289 462 030

Interveio o senhor **deputado Pedro Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente)**, explicou à Assembleia que em tempo adequado a Junta de Freguesia aprovou um mapa de pessoal, pensando no futuro e adequado às necessidades daquela autarquia. Há dois anos a esta parte, adivinhamos as dificuldades por que íamos passar, mas hoje estou arrependido de não ter feito com que ingressassem mais no mapa de pessoal de não ter criado mais três ou quatro postos de trabalho, na Junta de Freguesia.-----

Respondeu o **Presidente da Câmara**, que efectivamente é um dilema no que se refere ao pessoal, por um lado reduzir e por outro levar em consideração que são pessoas, são famílias. A Câmara tem tentado assegurar a estabilidade dos seus funcionários. Reduzimos substancialmente o número de lugares no quadro da Câmara, estamos a falar de vinte e nove. Estamos a fazer para assegurar estes dois funcionários, que não poderiam entrar para o próximo ano e não dar a possibilidade de meter mais pessoas no Quadro da Câmara. No próximo ano, somos obrigados a reduzir mais, vai ser imposta uma redução e se já tivéssemos começado antecipadamente a reduzir funcionários, depois com a imposição que vem para o ano, ir-se-ia criar aqui uma situação de muita dificuldade. O que está em causa é o sustento de vários funcionários, da família e enquanto pudermos, de uma forma racional e cumprindo sempre aquilo que vai ser imposto, vamos tentar ter equilíbrio e bom senso numa área tão sensível como o pessoal da Câmara Municipal.-----

Colocada à votação a **proposta foi Aprovada por Maioria**, com 24 votos a favor e 13 abstenções.-----

f)- Proposta 21/2011- Autorizar a abertura do Concurso Público para Concepção, Concessão de Construção e de Exploração do Crematório Municipal de Loulé, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea a) do número 6 do artigo 64.º conjugado com a alínea q) do número 2, do artigo 53.º da referida Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro;-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

O tema foi introduzido pelo senhor **Vice-presidente, José Graça**, que descreveu os componentes principais da referida proposta, tendo um prazo de concessão de 30 anos, com valores máximos e mínimos que os concorrentes terão que respeitar. Desde logo o valor mensal a pagar como renda, no mínimo serão 500€, e o preço da cremação máxima terá um valor de 250€, com uma redução de 10% para todos aqueles que forem residentes no concelho de Loulé e que optem pela opção da cremação. O preço máximo pela utilização da capela e sala de velamento é de 100€. Isto é aquilo que me parece de relevante para que a Assembleia se possa pronunciar.-----

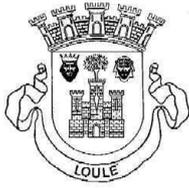
Interveio o senhor **deputado Fernando Santos (PS)**, questionou a mesa, para saber se estes documentos que foram propostos para discussão, vão ser publicados como estão, se vão ser revistos, se isto é para ser publicado no Diário da República. Perguntou se alguém tinha lido estes documentos. Disse haver uma falta de respeito, na apresentação destes documentos, para com os deputados, porque ninguém verificou o que mandou para os deputados. Agradecia serem tomadas notas dos problemas que detectou. Aquando da recepção dos documentos para a Assembleia, sugeri a aprovação desta proposta do crematório, que me parece suprir uma carência na região do Algarve e efectuei uma análise detalhada dos documentos disponibilizados.-----

Referiu vários parágrafos contendo gralhas e repetições no Caderno de Encargos e Programa de Procedimentos. Parece que não houve o cuidado de efectuar as necessárias revisões da redacção inicial num documento com esta importância.-----

Destacou a cláusula 17º resultante no disposto no Caderno de Encargos, que poderá permitir a criação do Monopólio dos funerais no concelho, está salvaguardada sem concorrência os operadores funerários?-----

Colocou várias questões ao Executivo em particular na página 13 cláusula 17ª uma vez que a fórmula que lá está não é perceptível, e na página 16 e 17, cláusula 30ª.-----

Estes documentos devem ser objecto de correcção.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt

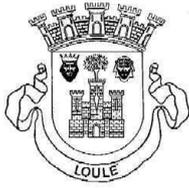


289 462 030

A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO _____

A 1.º SECRETÁRIA _____

A 2.º SECRETÁRIA _____



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030